

FICHA 2 - PLANO DE ENSINO

CÓDIGO: MA161	DISCIPLINA: NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA II		TURMA: - A			
NATUREZA: Obrigatória			MODALIDADE: Presencial			
CH TOTAL: 90h			CH Prática como Componente Curricular (PCC): 0h		CH Atividade Curricular de Extensão (ACE): 30h	
Padrão (PD): 30h	Laboratório (LB): 0h	Campo (CP): 60h	Orientada (OR): 0h	Estágio (ES): 0h	Prática Específica (PE): 0h	Estágio de Formação Pedagógica (EFP): 0h
FICHA 2 PREENCHIDA PELO DOCENTE: RUBIA DANIELA THIEME						

Criação: 4/7/2026

Modificação: 4/7/2026

EMENTA

Não disponível

PROGRAMA

Determinação social do processo saúde-doença.

Situação alimentar e nutricional em nível mundial e nacional: perfil epidemiológico e processo de determinação social.

A história do Brasil e o processo de determinação social do estado nutricional de sua população com ênfase na perspectiva de gênero, raça e etnia.

As principais políticas de alimentação e nutrição de cada período histórico.

A fome como questão política e como violação do direito humano à alimentação adequada e saudável e a construção do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ambiente alimentar (macro e micro).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Promoção da Saúde e qualidade de vida.

A Política Nacional de Atenção Básica.

A Política e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Participação social em Segurança Alimentar e Nutricional.

A atuação da(o) nutricionista na área de Nutrição em Saúde Coletiva (gestão e cuidado nutricional no Sistema Único de Saúde (SUS); Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família, Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica - NASF-AB/equipes multiprofissionais (eMulti) na Atenção Básica; Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional).

Planejamento em saúde: instrumentos de planejamento no Sistema Único de Saúde.



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Planejamento estratégico situacional e participativo e a construção de políticas de alimentação e nutrição. Marcos teórico para a elaboração de um plano de ação de alimentação e nutrição na Atenção Básica (matriz de ações). Realização de trabalho de campo.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar as condições para o desenvolvimento de uma compreensão sobre a determinação social do processo saúde-doença relativa à situação alimentar e nutricional e às condições de vida de uma população e sobre a metodologia de construção de políticas públicas de alimentação e nutrição voltadas ao enfrentamento da situação social evidenciada nos processos de territorialização.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao término dos temas trabalhados no decorrer dessa unidade curricular, a estudante ou o estudante de Nutrição deverá demonstrar: Estar apto a compreender a complexidade do processo de determinação da situação alimentar e nutricional de uma população e, com base no planejamento estratégico situacional e participativo, realizar a proposta de ações que promovam o direito à saúde e o direito humano à alimentação adequada e saudável. Deve, para isso, desenvolver competências e habilidades que lhe assegurem as condições para efetivar esse processo de trabalho de forma ética, com base no conhecimento técnico-científico adquirido e com uma visão crítica e abrangente da realidade.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

Pretende-se construir ao longo da unidade curricular um processo de ensino-aprendizagem pautado em uma comunicação contínua e dialógica que possibilite aos estudantes uma compreensão gradativa dos conceitos que estruturam a prática da/do nutricionista na área de Nutrição em Saúde Coletiva. Essa unidade curricular está inserida no Projeto de Extensão Universitária “Ações de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Piraquara/PR: construção participativa e integração de saberes” (**ACE**).

A unidade curricular será dividida em três módulos:

Módulo 1: Situação alimentar e nutricional no contexto mundial, nacional, estadual e municipal e o processo saúde-doença.

Módulo 2: Políticas públicas de Saúde, de Alimentação e Nutrição e de Segurança Alimentar e Nutricional e a atuação da/do nutricionista.

Módulo 3: Planejamento em saúde e em alimentação e nutrição: pressupostos teóricos e a sua prática.

No primeiro e segundo módulos da unidade curricular, a principal estratégia a ser utilizada nas aulas padrão será a aula expositiva dialogada. Em relação às aulas de campo, a proposta será a sua realização a partir de um processo de ensino-aprendizagem dinâmico e participativo. Além da expositiva dialogada, haverá a utilização de rodas de conversa, de vídeos, a leitura antecipada de textos e seu debate em sala



de aula.

No terceiro módulo, será realizado o trabalho de planejamento estratégico situacional e participativo em saúde, sendo utilizadas para isso as aulas de campo em um município da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Neste contexto, será realizada a coleta de dados com vistas ao diagnóstico das condições de vida, de saúde e de alimentação e nutrição da população adscrita à uma Unidade de Saúde do município. Após a realização deste diagnóstico, será elaborado, mediante trabalho em equipe, um plano de ação em alimentação e nutrição com vistas ao enfrentamento dos principais problemas identificados. O objetivo do trabalho de campo é propiciar aos estudantes uma vivência da atuação da/do nutricionista na gestão e no cuidado nutricional no Sistema Único de Saúde (SUS), especificamente na Atenção Básica. Busca-se, com isso, estimular a atitude ativa do futuro profissional na busca das informações, na análise crítica dessas informações à luz dos referenciais teóricos estudados e a vivência do papel de gestor de nutrição em uma área e microárea, num ambiente de maior proximidade com a comunidade, tendo em vista a realização de um planejamento estratégico situacional e participativo de ações.

Período letivo da unidade curricular MA161 ocorrerá a partir de 03/08/2026 e finalizará em 05/12/2026. As aulas padrão serão realizadas segunda-feira, das 13h30 às 15h30 (turmas A e B) e as aulas práticas (campo) serão realizadas na terça-feira, das 7h30 às 11h30 (turma A).

A prova final ocorrerá no dia 07/12/2026.

O controle de frequência será realizado mediante a presença em sala de aula e nas aulas em campo. O mínimo necessário para a aprovação será de 75%, conforme legislação.

Indicação do número de vagas: 34 vagas (17 para a turma A e 17 para a turma B).

Os materiais que serão utilizados para a consecução da unidade curricular serão artigos científicos acessíveis em plataformas públicas, livros e outros materiais de cunho técnico-científico que serão repassados pela professora responsável. O acesso à Biblioteca Virtual de Saúde (BVS/Ministério da Saúde) e aos materiais de consulta do Ministério da Saúde, assim como as plataformas de acesso aos artigos científicos que serão trabalhados (SciELO) é público e gratuito e poderá ser feito de forma on-line. A comunicação entre a professora e os e as estudantes será por meio de ambiente virtual de aprendizagem (Plataforma Teams) e e-mail institucional, respeitando período de ambientação.

FORMAS DE AVALIACAO

A avaliação se dará em diferentes momentos buscando ser processual. A primeira avaliação consistirá em uma síntese crítica de artigo científico (individual). A segunda avaliação será uma avaliação individual (prova) com questões discursivas aplicada presencialmente. A terceira avaliação (equipe) será realizada tendo como base o trabalho de planejamento de ações de saúde, alimentação e nutrição na Atenção Básica e a sua apresentação ocorrerá ao final da unidade curricular. A síntese crítica de artigo científico (individual) terá peso 3,0 (entregue via Plataforma Teams), a avaliação individual (prova) terá peso 3,0 e o trabalho de planejamento de ações de saúde, alimentação e nutrição (entregue via Plataforma Teams) terá peso 4,0. Para a avaliação da síntese crítica será adotada rubrica. A avaliação da ACE será realizada



por meio do trabalho de planejamento de ações de saúde, alimentação e nutrição, avaliado conforme critérios do roteiro disponibilizado para os e as estudantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. (org.). **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Matriz para Organização dos Cuidados em Alimentação e Nutrição na Atenção Primária à Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
- BREILH, J. **Epidemiologia crítica**: ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2006.
- FERREIRA, S. C. da C.; SILVA, L. B. da; MIYASHIRO, G. M. **Planejamento em saúde**. In: GONDIM, G.M. de M.; CHRISTÓFARO, M. A. C.; MIYASHIRO, G. M. (Org.). Técnico de vigilância em saúde: fundamentos. v. 2. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017. p. 137-164.
- PAULA, N.M. **Evolução do sistema agroalimentar mundial**: contradições e desafios. Curitiba, PR: Ed. CRV, 2017.
- TADDEI, J.A.A.C.; LANG, R.M.F; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M.H.A.; VEGA, J.B. **Nutrição em Saúde Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rubio, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ABRAMOVAY, R. Integrar sociedade e natureza na luta contra a fome no século XXI. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 2704–2709, 2008. DOI: 10.1590/s0102-311x2008001100026.
- ALVES, C. G. L.; LUZ, V. G.; TÓFOLI, L. F. Competências do nutricionista para a Atenção Primária à Saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 32, n. 3, p. e320304, 2022.
- ARRUDA, B. K.G.; ARRUDA, I. K. G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife, v. 7, n. 3, p. 319–326, 2007. DOI:10.1590/S1519-38292007000300011.
- BRANDÃO, A. L. et al. Recomendações para o fortalecimento da atenção nutricional na atenção primária à saúde brasileira. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 46, e119, 2022.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Matriz de ações de alimentação e nutrição na atenção básica de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Decreto nº 7272, de 23 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 ago. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de planejamento no SUS. Fundação Oswaldo Cruz. 1. ed., rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 138 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gestão Municipal das Políticas de Alimentação e Nutrição e de Promoção da Saúde na Atenção Básica. 1a ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS. Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 635, de 22 de maio de 2023. Institui, define e cria incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde. Ministério da Saúde, Brasília, DF, Diário Oficial da União, 22 de maio de 2023. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-635-de-22-de-maio-de-2023-484773799>>.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). Ciência & Saúde Coletiva, v. 25. n. 12, p. 4723-4735, 2020.

COLUSSI, C.F.; PEREIRA, K. G. Territorialização como instrumento do planejamento local na Atenção Básica [Recurso eletrônico]. Florianópolis: UFSC, 2016.

CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). Princípios e diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Textos de apoio à II Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: CONSEA, 2004.

CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. Indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: CONSEA, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN nº 600/2018, de 25 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados



à sociedade e dá outras providências. Diário Oficial da União, 20 de abril de 2018, seção 1, página 157.

CRUZ, M. M.; BARROS, D. C.; VITORINO, S.A.S. Avaliação das políticas de alimentação e nutrição: contribuições teóricas e práticas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2023.

CZERESNIA, D. The concept of health and the difference between prevention and promotion. Cadernos de Saúde Pública, v. 15, n. 4, p. 701-709, 1999.

GONDIM, G.M.M.; MONKEN, M. Território e territorialização. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2017.

JAIME, P. C. et al. Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 6, p. 1829–1836, 2018.

JAIME, P. C. Políticas públicas de alimentação e nutrição. 2 ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2024.

KEPPLE, A.W.; SEGALL-CORREA, A.M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. Ciência & Saúde Coletiva, 16(1):187-199, 2011.

LEÃO, M. M; MALUF, R. S. A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. ABRANDH, 2012. LEÃO, M. (Org.). O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: ABRANDH, 2013.

OLIVEIRA, N. R. de C. Redes de Atenção à Saúde: a atenção à saúde organizada em redes. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, UNA-SUS/UFMA, 2016.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Notas sobre a Metodologia da Estimativa Rápida. Genebra: 1988.

MALUF, R. S. et al. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

PEDRAZA, D.F. et al. Década de Ação em Nutrição: reflexões sobre a conjuntura brasileira. DEMETRA Alimentação Nutrição & Saúde, v. 15, e43167, 2020. DOI:10.12957/demetra.2020.43167.

ROSANELI, C. F. Fomes Contemporâneas. Curitiba: PUCPRESS, 2020.

SILVA, S. P. Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. Brasília: Rio de Janeiro. 2014.

VASCONCELOS, F. DE A. G. DE .. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. Revista de Nutrição, v. 18, n. 4, p. 439–457, jul. 2005.

VASCONCELOS, F. DE A. G. DE . et al. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. Revista de Nutrição, v. 32, p. e180161, 2019.

CRONOGRAMA DE AULAS

Semana 1 (03/08 e 04/08) - Apresentação da proposta do trabalho de planejamento em saúde, alimentação e nutrição no município da Região Metropolitana de Curitiba. Determinação social do processo saúde-doença.

Semana 2 (10/08 e 11/08) - Evolução das Políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil. Fome como questão política.



Semana 3 (17/08 e 18/08) - Evolução das Políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil. Identificação do ambiente alimentar.

Semana 4 (24/08 e 25/08) - Semana Acadêmica de Nutrição da UFPR

Semana 5 (31/08 e 01/09) - Política Nacional de Alimentação e Nutrição e Política Nacional de Atenção Básica. Planejamento estratégico situacional e participativo.

07/09 e 08/09 - Recesso

Semana 6 (14/09 e 15/09) - Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. Planejamento estratégico situacional e participativo.

Semana 7 (21/09 e 22/09) - Atenção Básica; Gestão municipal em Alimentação e Nutrição no Sistema Único de Saúde. Atividades na área da Nutrição realizadas no âmbito da Atenção Básica (gestão e cuidado nutricional). Planejamento estratégico situacional e participativo.

Semana 8 (28/09 e 29/09) - Política e Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Planejamento estratégico situacional e participativo.

Semana 9 (05/10 e 06/10) - Avaliação individual (prova). Planejamento estratégico situacional e participativo.

12/10 - Recesso

Semana 10 (13/10) - Planejamento estratégico situacional e participativo.

19/10 e 20/10 - Festival da UFPR da Ciência, Cultura e Inovação/Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE).

Semana 11 (26/10 e 27/10) - Matriz de Ações em Alimentação e Nutrição na Atenção Básica. Planejamento estratégico situacional e participativo.

02/11 - Recesso

Semana 12 (03/11) - Planejamento estratégico situacional e participativo.

Semana 13 (09/11 e 10/11) - Matriz de Ações em Alimentação e Nutrição na Atenção Básica. Planejamento estratégico situacional e participativo.

Semana 14 (16/11 e 17/11) - Planos de Segurança Alimentar e Nutricional. Planejamento estratégico situacional e participativo.

Semana 15 (23/11 e 24/11) - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Planejamento estratégico situacional e participativo.

Reposição dos recessos do dia 12/10 e 02/11 - Seminário no dia 01/12.

07/12 - Exame final

O cronograma foi elaborado considerando a RESOLUÇÃO Nº 22/25-CEPE e poderá sofrer alterações, As e os estudantes serão comunicados com antecedência pela docente responsável sobre as alterações.

